



Finanças

Município vencedor:
Itatiaiuçu (MG)

População:

11.534 habitantes

(Estimativa IBGE, 2021)

Características Gerais:

Município localizado na região metropolitana da capital mineira, Belo Horizonte. A atividade mineradora se iniciou na região no início da década de 1940 e tem como expoente a extração de minérios de ferro. Parte da Serra do Itatiaiuçu (também conhecida como Serra de Igarapé ou Serra Azul) está no território do município, sendo está uma das mais importantes jazidas de minério de ferro do estado de Minas Gerais.

Gestão municipal em 2023
Prefeito e Vice - Partidos

Gestão 2021 - 2024:

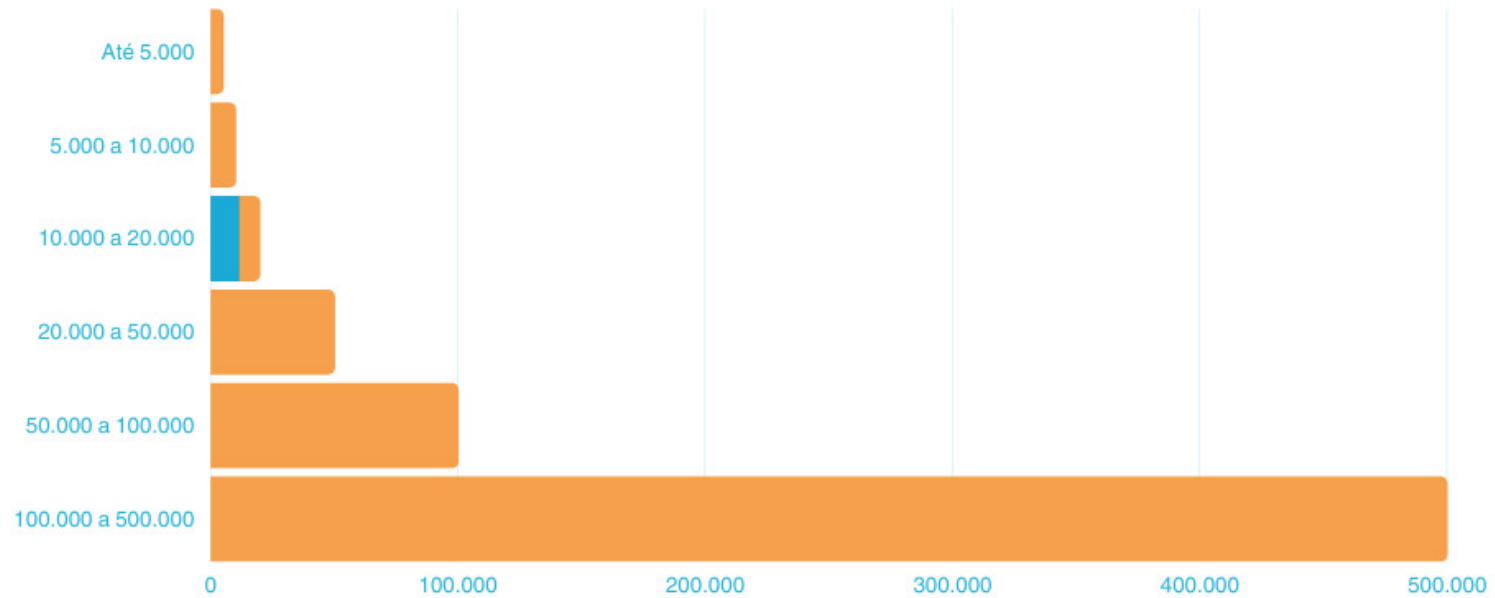
Prefeito **Adelcio Rosa de Morais** (PSC)

Vice-Prefeito **Romer Soares das Chagas** (CIDADANIA)

Municípios finalistas:

Finanças

Itatiaiuçu (MG)
Ouvidor (MG)
Sarzedo (MG)



● Nº de habitantes - Itatiaiuçu (MG)

O sistema federativo brasileiro indica uma estrutura política em que as atribuições estatais são compartilhadas entre a União, os estados e os municípios em um sistema de corresponsabilidade e cooperação. O conjunto de dispositivos que organiza a distribuição e divisão de competências entre os entes é chamado de **pacto federativo**.

No âmbito das finanças públicas, as responsabilidades pela arrecadação e a gestão dos recursos também são compartilhadas entre os entes federativos e cada nível de governo possui autonomia para legislar e administrar suas finanças, a partir das diretrizes estabelecidas pela Constituição Federal e fiscalizados pelo poder legislativo, em cada um dos níveis e pelos Tribunais de Contas. Ou seja, além de responsabilidades ligadas à estruturação de políticas e serviços que garantam o acesso a direitos da população no nível local, a administração pública nos municípios também possui obrigações em relação à organização e à boa gestão de suas contas, tendo em vista a responsabilidade fiscal e gestão eficiente de recursos públicos.

No Brasil, o modelo orçamentário se compõe constitucionalmente por três instrumentos, que são propostas de lei de iniciativa do poder executivo que devem ser aprovadas pelo poder legislativo, em debate aberto para a sociedade local:

A. O Plano Plurianual (PPA), que estabelece diretrizes, objetivos e metas de médio prazo da administração pública, e tem duração de quatro anos, se iniciando sempre no segundo ano da gestão recém-eleita e terminando no primeiro ano da gestão subsequente.

B. A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), estabelece parâmetros necessários à alocação dos recursos no orçamento para cada ano de sua execução, com vistas a tornar possível, com os recursos disponíveis e buscando equilíbrio fiscal, realizar as metas e objetivos no PPA para aquele ano.

C. A Lei Orçamentária Anual (LOA) estima anualmente as receitas e detalha as despesas programadas, para um exercício financeiro, base para a execução das ações nos órgãos da administração municipal.

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), também conhecida como LRF, é um importante marco de regulação da política fiscal nos três entes federativos, enfatizando o foco no equilíbrio entre receitas e despesas nas contas públicas, a partir do planejamento transparente do orçamento público. A partir da LRF se reforça a importância do planejamento e previsão adequada de receitas na administração pública para a devida execução das políticas e prestação dos serviços.

Nesse sentido, as fontes de receitas municipais mais destacadas são:

- **Os impostos municipais**⁴;
- **As transferências constitucionais**, que são parcelas de impostos estaduais e federais, repassados em instrumentos como o Fundo de Participação dos Municípios (FPM);
- **As transferências voluntárias**, repasses de outros entes ligados a programas e projetos específicos, sem vinculação constitucional;
- **Taxas e contribuições especiais**, cobradas pela prestação de serviços públicos no nível local ou pelo uso de algum recurso municipal;
- **Receitas patrimoniais, arrecadadas** através da administração e gerenciamento de seu patrimônio e, como último destaque, os
- **Royalties e participações especiais**, recursos oriundos da compensação da exploração de recursos naturais, como petróleo, minérios ou gás natural, por exemplo.

No contexto dos municípios mineradores, destaca-se a Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM), devida aos entes federados como contraprestação pela utilização econômica dos recursos minerais em seus respectivos territórios. O volume da receita gerada por esse tipo de financiamento pode permitir aos municípios maior margem de segurança na construção de seu orçamento, projetando uma gestão fiscal mais equilibrada.

Será possível encontrar, em diferentes municípios, maior ou menor dependência de algum tipo de fonte específica de financiamento para composição de receitas. A boa gestão fiscal deve estimular uma busca por diversificação das fontes de receita, diminuindo o grau de dependência da fazenda municipal, além de adotar medidas para aumentar a eficiência na arrecadação e realizar o devido acompanhamento da execução dos recursos públicos.

Nos municípios, as despesas estão associadas aos custos das políticas desenvolvidas no âmbito local, nas diversas áreas de sua responsabilidade, como educação, saúde, segurança, infraestrutura, entre outras. Na estrutura de pactuação das políticas em nível nacional e em nosso regramento jurídico existem inúmeras orientações e regras que vão definir a composição do orçamento no nível local. Neste contexto, cabe o destaque ao conteúdo da LRF, que limita a composição da despesa, que deve respeitar um teto para gastos com pessoal (até 60% da Receita Corrente Líquida do exercício) e endividamento (no máximo 120% da Receita Corrente Líquida do exercício), de maneira a garantir a sustentabilidade fiscal.

A gestão adequada das finanças públicas no nível municipal requer alguns elementos centrais:

- **o planejamento adequado na construção das peças de planejamento orçamentário:** PPA, LDO e LOA, com a devida atenção a todas as métricas de detalhamento de receitas e despesas;
- **o controle eficiente dos processos,** com o desenvolvimento de ferramentas de monitoramento e acompanhamento dos gastos, que permitam os devidos ajustes de rota, quando necessário;
- **e a prestação de contas à sociedade,** com o investimento em mecanismos de transparência e participação, a fim de promover uma gestão responsável e democrática dos recursos públicos.

No Prêmio Municípios Mineradores 2023, a categoria Finanças Públicas foi avaliada por critérios que envolvem⁵:

- **a autonomia de pagamento de despesas a partir de receitas próprias;**
- **o volume de despesas correntes pagas, ou seja, despesas de custeio e manutenção;**
- **a sustentabilidade do sistema previdenciário municipal;**
- **a capacidade de investimento do município;**
- **a liquidez (capacidade de pagamento de suas obrigações) por parte do município, e;**
- **a proporção de servidores no total da população local.**

Esse conjunto de indicadores buscou evidenciar as administrações municipais que demonstram maturidade em sua política fiscal, que apresentam um orçamento equilibrado; onde as despesas e o volume proporcional de servidores na máquina municipal estão controlados; uma capacidade de investimento e pagamento adequadas; tenham um sistema previdenciário sustentável e, por fim; que indiquem receitas próprias que lhe garantam grau de autonomia.

As Finanças Públicas no município de Itatiaiuçu

O município de Itatiaiuçu se destacou na categoria de Finanças Públicas pela avaliação positiva no conjunto de indicadores agregados na categoria, com ênfase na evolução em relação à autonomia e liquidez, tendo sido especialmente destacável seu desempenho entre os municípios de seu porte (10 a 20 mil habitantes). Os bons resultados alcançados podem ser associados a boas práticas e iniciativas desenvolvidas no âmbito da gestão que permitem evolução em direção a uma situação de equilíbrio em sua situação fiscal e organização de suas finanças.

Itatiaiuçu apresenta uma alta arrecadação com a CFEM, tendo boa parte de suas receitas oriundas da atividade econômica mineradora. Mesmo assim o município aderiu ao Programa de Desenvolvimento Econômico, proposto pelo Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM), buscando diversificar as fontes de receitas do município, buscando alternativas à principal fonte no momento atual. Tal processo é realizado em um processo de amplo diálogo do município com o setor.

“ Em relação à questão ambiental, a gente se preocupa muito. Itatiaiuçu tem evoluído cada dia mais em questão de fiscalização nas minerações para que sigam a legislação à risca, então a gente está sempre mantendo o diálogo com os setores das minerações no meio ambiente. Temos essa abertura, tanto da empresa com o município, quanto do município com as empresas. ”

Ana Flávia da Silva, Secretária de Meio Ambiente do Município

A partir do Programa, o município desenvolveu o Itatiaiuçu Conecta, que visa atrair novos negócios para a cidade, a partir da cadeia de mineração. O Programa busca tornar variado o perfil de segmentos dos negócios na cidade, a partir de diferentes iniciativas englobadas em sua proposta.

O Conecta Itatiaiuçu é um programa que tem como proposta principal auxiliar o município na melhoria de tomada de decisões a respeito de como fortalecer as suas cadeias produtivas atuais, mas já pensando na diversificação dessas matrizes econômicas. Considerando que a mineração, que hoje é a principal atividade econômica do município, tem vida útil, é finita.

Rogério Moreira, Advogado

Um dos grandes destaques da iniciativa é a instalação de um Fundo de Desenvolvimento Econômico, que já contou com um aporte inicial de R\$ 30 milhões, e deve receber recursos oriundos da CFEM, e a criação do Conselho de Desenvolvimento Econômico, um órgão de assessoramento e aconselhamento que funcionará de maneira paritária, integrando a gestão pública municipal com a sociedade civil organizada, o legislativo local e a iniciativa privada, para debater ações de planejamento, administração e desenvolvimento econômico.

Somos um município pequeno que tem a mineração como principal fonte de renda. Por isso, buscamos sair dessa dependência da mineração. Estamos em busca de melhoria, buscando outras fontes, novas rendas e o nosso programa Conecta tem este propósito, de atrair novas empresas.

Bruna Curry, Secretária de Fazenda do Município

Além disso, o município colocou em operação o licenciamento ambiental municipal de empreendimentos até a classe 4, que contempla empreendimentos de grande porte, iniciou fiscalização no nível local do Valor Adicionado Local (VAF) que aumentou em três vezes a arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e teve seu Plano Diretor revisado, para garantir maior segurança jurídica para a ocupação do território na cidade.

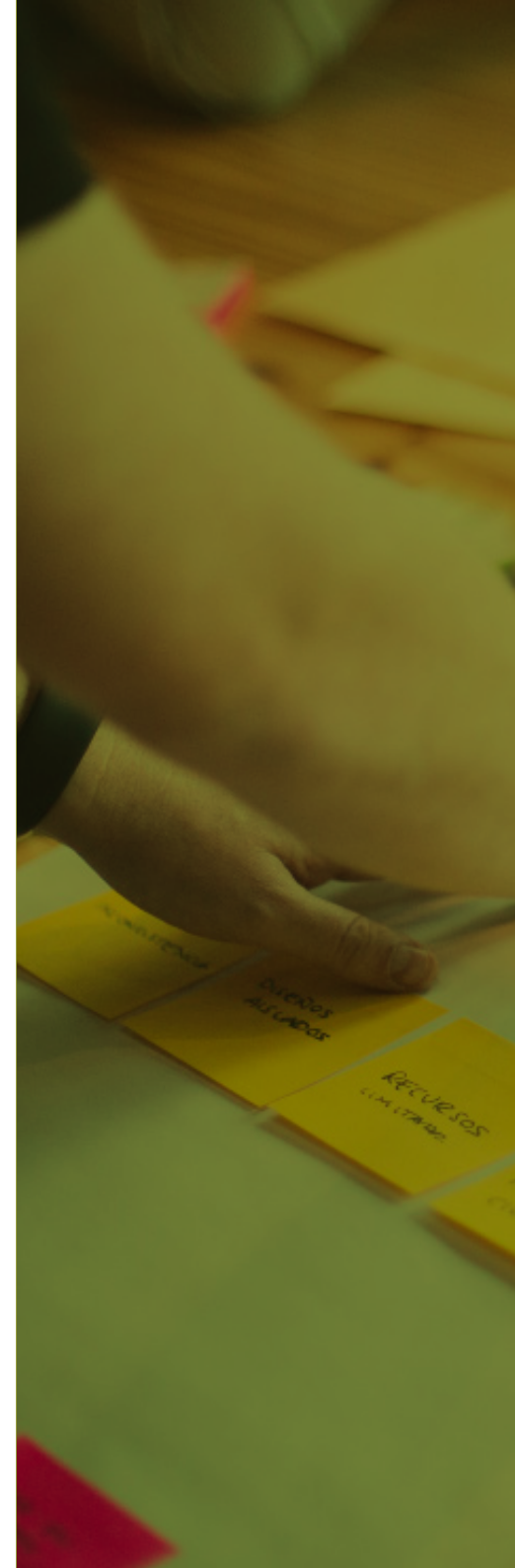
A gestão municipal de Itatiaiuçu também buscou facilitar o acesso da população em geral a alguns serviços: mantendo o departamento de tributação funcionando em escala e tornando o portal da prefeitura na internet mais acessível, criando serviços on-line de acesso ao IPTU e emissão de guias de pagamento, além de implementar melhorias na acessibilidade do portal de transparência e acesso às informações sobre legislação e os gastos na gestão municipal.


Boas práticas e recomendações de **Finanças Públicas**

A categoria de Gestão do Prêmio Municípios Mineradores busca identificar e valorizar municípios que gerem seus recursos de maneira responsável e equilibrada, de maneira a garantir a sustentabilidade fiscal e maior eficiência na realização dos gastos públicos.

Ao buscar a devida adequação da gestão de sua política fiscal, os municípios podem direcionar esforços em direção às seguintes ações:

- 1 Realizar um bom planejamento**, considerando de forma realista tanto as expectativas de geração de receitas quanto de despesas com as ações planejadas, se utilizando de fontes de informação internas (geradas pelos órgãos da administração) e externas (como bases de dados estaduais e federais), e os processos de debate com o legislativo e com a sociedade em geral para qualificar as processo.
- 2 Monitoramento e avaliação**, que consistem no acompanhamento sistemático e periódico das despesas realizadas, se atentando para o atingimento dos resultados e metas estabelecidos.
- 3** Investir na **transparência** e no **controle social**, permitindo o acompanhamento dos gastos públicos pela população, de maneira simples e didática. Uma dinâmica em que a sociedade local consegue acompanhar a execução orçamentária de maneira mais ativa permite a qualificação dos gastos públicos em uma perspectiva democrática.





4 Equilibrar o endividamento e os gastos com pessoal, de maneira a garantir o respeito aos limites estabelecidos pela LRF para ambos os tipos de gastos (120% da Receita Corrente Líquida para o endividamento e 60% para o total dos gastos com pessoal nos municípios) e projetar sustentabilidade fiscal, não comprometendo possíveis repasses de outros entes e sem excessivo compromisso de orçamentos posteriores.

5 Padronizar procedimentos e relatórios fiscais e contábeis, de acordo com as referências nacionais, de maneira a facilitar a relação entre os entes, contribuir para a geração de informação mais segura e consistente e adequar os processos às normas de formatação vigentes.

6 Instituição, previsão e devida arrecadação dos tributos, como requisito da devida responsabilidade fiscal e potencial para devido crescimento das receitas municipais e menor dependência de repasses de outros entes. Nesse quesito podemos listar algumas sugestões para melhoria da arrecadação:

- **Expansão da base de arrecadação com adoção de Nota Fiscal Eletrônica e atualização cadastral dos municípios e empresas;**
- **Melhorar as opções de parcelamento dos impostos e facilitar os canais de comunicação com os órgãos de cobrança.**

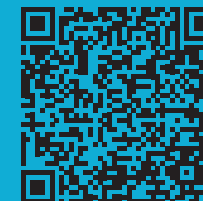
7 Fazer o **levantamento e monitoramento de exposições fiscais**, que são possíveis compromissos e obrigações financeiras que podem comprometer significativamente o orçamento municipal, como mudanças legislativas e questões previdenciárias, por exemplo. Uma posição proativa em relação a esses riscos permite a construção de rotas alternativas para evitar seus impactos.

8 Investir na **educação fiscal**, disseminando o conhecimento sobre os processos de gestão do orçamento público e da política fiscal, bem como as regras de seu funcionamento, para a equipe da administração municipal e para a toda população, de maneira a desenvolver tanto a eficiência quanto o controle social.

Referências adicionais

A seguir, reunimos algumas sugestões de materiais que podem servir de referência para reflexão e prática da qualificação da gestão municipal de **finanças públicas**:

Portal TCU + Cidades - Espaço virtual dedicado ao programa de apoio à gestão municipal responsável, do Tribunal de Contas da União (TCU). Possui uma área voltada para o tema de Finanças Públicas e gestão municipal, com material de apoio e legislação de referência, que pode ser acessada no QR code ao lado.

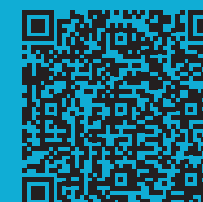


10 Passos para aprimoramento da gestão tributária - Publicação do TCU com orientações para a qualificação da gestão tributária nos municípios, com acesso no QR code ao lado.

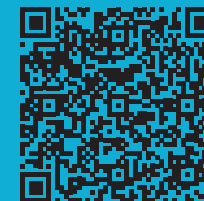


A **8ª Edição do Prêmio de Boas Práticas Senador Gerson Camata**, da Associação dos Municípios do Estado do Espírito Santo (Amunes) reconheceu três municípios na categoria Finanças Públicas.

O **1º colocado**, o município de Serra, investiu no aprimoramento das atividades desenvolvidas na correção das DOT – Declaração de Operações Tributárias, fonte de receita e a descrição pode ser encontrada no QR code ao lado.



Cariacica, o **2º colocado**, apresentou uma série de medidas de controle dos gastos públicos, que podem ser acompanhados no QR code ao lado.



Por fim, em **3º lugar**, o município de Aracruz, que apresentou uma experiência de redução de custos na cobrança do IPTU que pode ser acessada no QR code ao lado.

